



Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2020.

**Manifestante: Marina Atoji**

**Código de Manifestação: 208.084.879.073**

Prezada Senhora,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº **024.502-6/20** para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/20011, a seguir transcrito:

“Cumprimentando-os cordialmente, solicitamos acesso a todos os pedidos de acesso à informação feitos ao TCE-RJ de 2018 a 2020, bem como às respectivas respostas aos pedidos, aos recursos, às respostas aos recursos e a todos os arquivos anexos eventualmente relacionados a cada uma dessas etapas.

Solicitamos, em conformidade com o §3º do art. 8º da Lei federal 12.527/2011, que os dados sejam sistematizados em planilhas em formato aberto, de forma a facilitar a análise.”





Em resposta, o Setor Especializado – a Procuradoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - informou que:

“Em suma: pedem-se informações sobre **todos** os pedidos de informação, e respectivas respostas, feitos ao TCE-RJ de 2018 a 2020.

O TCE-RJ, seguindo o disposto no artigo 12, inciso VI, da sua Resolução nº 275/131, que regulamenta a LAI, mantém as respostas aos pedidos de informação acessíveis a qualquer pessoa no seu Portal de Transparência (<https://www.tce.rj.gov.br/web/guest/atendimento-aospedidos-de-informacao-lei-12.527/2011->).

Nessas “cartas-respostas” constam (i) o nome do solicitante; (ii) o número da solicitação; (iii) o teor resumido da solicitação; e (iv) a resposta propriamente dita, baseada em informações dos setores técnicos competentes, e eventualmente acompanhada de outros documentos também acessíveis pela rede mundial de computadores.

Portanto, não obstante o caráter abrangente da solicitação — que a princípio poderia gerar dúvidas em relação à viabilidade do seu atendimento —, certo é que o TCE-RJ, por ... iniciativa própria, compila e mantém disponíveis a todos as respostas aos pedidos de informação...

Por outro lado, os pedidos de acesso a todos os arquivos eventualmente relacionados a cada uma das etapas de



apreciação dos requerimentos formulados entre 2018 e 2020 e de sistematização “em planilhas em formato aberto”, além de me parecerem por demais abrangentes, demandariam trabalho adicional de consolidação de dados e informações...

(...)

Veja-se que como a solicitação diz respeito a **todos** os pedidos de informação formulados entre 2018 e 2020, que tratam de assuntos distintos e, no mais das vezes, sem qualquer conexão, é difícil até mesmo entender no que exatamente consistiria a sistematização em planilhas em formato aberto a que se refere a solicitante.

Deste modo, entendo que a solicitação — no que se refere ao formato pretendido — deve ser indeferida com base no artigo 11, incisos I e III, da Resolução TCE nº 275/13 dando-se ciência à solicitante da disponibilidade dos pedidos de informação, e respectivas respostas, no sítio <https://www.tce.rj.gov.br/web/guest/atendimento-aos-pedidos-deinformacao-lei-12.527/2011->“

### **Resolução nº 275, de 25/03/2013**

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:

I - forem formulados de forma genérica;

(...)

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.

Entretanto, caso V.S.<sup>a</sup> deseje poderá interpor, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no site do TCE-RJ da carta resposta, recurso quanto ao indeferimento do formato pretendido ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, conforme disposto no artigo 15, da Lei 12.527/2011 e no *caput* e § 2º, do art.13 da Resolução nº 275/13.

#### **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

(...)

#### **Resolução TCE-RJ nº 275/13**

Art. 13. No caso de indeferimento de acesso às informações ou após as razões da negativa do acesso pelo órgão competente, poderá o interessado interpor recurso ao Plenário do Tribunal.

(...)



§ 2º Negado o acesso à informação em sede recursal, a decisão se torna irrecorrível.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,  
[ouvidoria@tce.rj.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.rj.gov.br)

